

**SILVA, Luisa Stella de Oliveira Coutinho (2020).** *Nem teúdas, nem manteúdas: História das Mulheres e Direito na capitania da Paraíba (Brasil, 1661-1822)*. Frankfurt am Main: Max Planck Institute for European Legal History, 375 pp., ISBN: 978-3-944773-28-5.

Luisa Stella Coutinho é investigadora de pós-doutoramento no Max Planck Institute for Legal History and Legal Theory em Frankfurt. As suas pesquisas incidem sobretudo na História do Direito das mulheres e as suas vivências no espaço do império português, com maior incidência na capitania da Paraíba, durante a época moderna. A obra considerada resulta principalmente da sua tese de doutoramento, defendida em 2018 na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, intitulada *História do direito e colonização do Brasil: as mulheres da capitania da Paraíba: 1661-1822*.

A obra *Nem teúdas, nem manteúdas: História das Mulheres e Direito na capitania da Paraíba (Brasil, 1661-1822)* pode-se inserir no empenho das últimas décadas de conhecer e escrever historiograficamente a vida das mulheres. A história das mulheres, esforço principiado pelas correntes feministas nos anos sessenta do século XX, seria desenvolvida de forma mais sistematizada no meio académico, a partir dos anos oitenta, alicerçada nos campos da História da Família e dos estudos de Demografia Histórica. Desta confluência surgiram, na década seguinte, obras de grande envergadura, como a coleção *Histoire de femmes en Occident* (1991-1992) dirigida por Georges Duby e Michelle Perrot, ou a obra *História das mulheres no Brasil* (1997) organizada por Mary Del Priore. Complexidade acrescida é o estudo histórico das mulheres brasileiras, tão diferentes que podem ser as suas origens (raciais, migratórias, sociais, por exemplo) e tão diversas as suas experiências, indissociáveis da pluralidade de regiões que um extenso território como o brasileiro apresenta.

A autora tem como objetivo contrariar o esquecimento e a omissão do papel e da ação das mulheres na historiografia do Império Português onde, como refere, “elas vivenciaram (e assim permaneceram até poucas décadas atrás) papéis silentes e de pouquíssimo protagonismo” (p. 2). A intenção é clara: revelar quem foram as mulheres da capitania da Paraíba nas suas múltiplas dimensões e em diferentes critérios de análise, tendo como ponto de partida o seu confronto com o Direito.

O livro divide-se em nove capítulos, a somar às componentes de introdução e explanação comuns a uma tese de doutoramento. No primeiro capítulo, nomeado com a questão “Um Portugal transplantado?”, é contextualizada a presença dos portugueses e os principais acontecimentos na capitania da Paraíba

e a introdução de uma normatividade imperial que auxiliasse na governação local e na tentativa de unidade e uniformidade do território brasileiro. Também se expõe, neste ponto, a diversidade demográfica e social da região, bem como as principais instituições e cargos que aplicavam a justiça.

O segundo capítulo analisa os discursos doutrinários portugueses e as ideias preconcebidas acerca da mulher a partir de vários pontos de apreciação, como a lei, a Igreja Católica, a medicina, a literatura e outros que foram construindo uma imagem feminina baseada em estereótipos de género e subordinada, sobretudo, ao seu papel no âmbito do casamento. A autora apresenta em seguida as práticas matrimoniais da capitania da Paraíba, incidindo na escolha do cônjuge, na preparação para o matrimónio, nos impedimentos, no regime de bens e, finalmente, nas implicações do casamento entre escravos, entre índios e também naqueles onde houve miscigenação.

Por vezes, diversos motivos levavam à não realização do matrimónio. Essa circunstância é estudada no terceiro capítulo. Por exemplo, as promessas de casamento, formais e orais, que culminavam em quadros de sedução, estupro e mesmo violação, e num conseqüente noivado frustrado ou, pelo contrário, forçado. No seguimento deste assunto, continua-se no capítulo seguinte a abordar outras situações recorrentes, que orbitavam em torno da experiência da mulher na maternidade, “destinada ao serviço do útero” (p. 212), e de uma vivência da sexualidade, considerada irregular. Para além da legitimação inerente a um casamento, coexistiam inúmeros casos de bastardia e não perfilhação, fosse por pais não casados, por mães solteiras ou por abandono dos filhos.

Depois de um extenso panorama acerca do matrimónio e da perfilhação paraibana deste período, são analisados no capítulo quinto a vida além do casamento formal e outras formas de viver em sociedade. Consideram-se casos de prostituição, bigamia, concubinato e adultério que, como refere a autora, “possuíam conseqüências e desdobramentos do sistema normativo que precisam ser levados em consideração próximos do dia-a-dia da colónia” (p. 231). De outra forma, no capítulo seguinte, são observados os espaços considerados pela autora como “de segregação da vida pública”, tais como conventos, recolhimentos e prisões enquanto componentes necessários para que as mulheres “fossem especialmente vigiadas, apartadas e controladas pela sociedade” (p. 275).

O capítulo sétimo analisa a questão do divórcio, ou mais corretamente, a separação perpétua. Esta opção era para a mulher, sobretudo, um necessário passo para acabar com situações graves de infidelidade e de violência marital. No entanto, no caso de sevícias, como refere a autora, “confundiam-se a possibilidade do castigo moderado e a violência física grave e culpável” (p. 298).

Fossem separadas, viúvas, casadas ou solteiras, as mulheres da capitania poderiam ser proprietárias, herdar, participar em negócios e “no controle de terras e escravos” (p. 310). Este cenário foi analisado no capítulo oitavo.

O nono e último capítulo incide sobre as práticas religiosas das mulheres, em particular as judias e a perseguição que algumas sofreram pela Inquisição.

Esta obra conseguiu, ao longo dos seus capítulos, evidenciar o papel e a influência das mulheres na história da capitania da Paraíba e, por outro lado, e principalmente, o peso das normatividades da colónia e do Império, em particular ao nível do Direito, na vida e nas escolhas destas mulheres “nem téudas, nem mantéudas”.

RITA PAIVA COSTA

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura

[ritadpcosta@gmail.com](mailto:ritadpcosta@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-8075-5547>

